SulAmérica

associada ao ING

6696

SUL AMÉRICA

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 33.822.131/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

SEMESTRE FINDO EM

30/06/2012

SulAmérica

associada ao ING

SUL AMÉRICA

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CONTEÚDO:

1) RELATÓRIO DA DIRETORIA;

2) RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA;

3) COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO ATUÁRIO E DO CONTADOR;

4) RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;

5) BALANÇOS PATRIMONIAIS;

6) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;

7) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;

8) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;

9) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA e

10) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ/MF nº 33.822.131/0001-03

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), relativas ao primeiro semestre de 2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), vigentes na data de publicação dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias e no pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

1. Conjuntura econômica

A atividade econômica brasileira teve crescimento modesto no primeiro semestre de 2012. De acordo com dados preliminares, o Produto Interno Bruto (PIB) estimado deve ter se expandido 1,5% nos doze meses terminados em junho, que se compara ao crescimento de 2,7% com que encerrou 2011. A desaceleração do crescimento econômico brasileiro foi abrangente, mas os motivos se concentraram principalmente no setor industrial. O câmbio valorizado e a concorrência dos importados explica, em parte, esse desaquecimento da atividade industrial. O crescimento do consumo brasileiro, motor da expansão econômica dos últimos anos, também perdeu força na primeira metade do ano. O elevado grau de endividamento das famílias e o consequente aumento da inadimplência explica a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano.

A desaceleração da economia global, decorrente do agravamento da crise europeia, também foi responsável pelo fraco desempenho da economia nacional no semestre. A desaceleração econômica dos principais parceiros comerciais do Brasil impactou a economia via exportações, deprimindo as vendas externas de manufaturados. Além disso, a combinação de cenário externo adverso e atividade doméstica fraca derrubou a confiança dos empresários, travando os investimentos produtivos, contribuindo, também, para o desaquecimento econômico.

A desaceleração econômica foi acompanhada pelo arrefecimento das pressões inflacionárias. A variação do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) diminuiu de 6,5% no final de 2011 para 4,9% em junho de 2012. O recuo da inflação deveu-se, não só aos efeitos deflacionários do menor crescimento mundial, como também a uma combinação favorável de ausência de choques de oferta, menores preços administrados e nova ponderação do IPCA. O Banco Central seguiu com seu ciclo de corte de juros, iniciado na segunda metade do ano anterior, buscando estimular a atividade econômica. A taxa básica SELIC foi reduzida sucessivamente, saindo de 11% no início do ano para 8,5% ao final de junho, e o ciclo de corte poderá prosseguir no segundo semestre, podendo estabilizar em 7,5%. O governo federal adotou medidas para incentivar o crescimento, recorrendo a isenções fiscais para diversos setores industriais (automóveis, principalmente), a expansão do crédito, como também a ampliação dos gastos públicos,

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

em especial, em investimentos. Apesar da renúncia fiscal e ampliação das despesas públicas, o governo manteve sua determinação de produzir um superávit fiscal nas contas públicas de 3,1% do PIB, neste ano.

2. Principais Informações Financeiras

Resultado (R$ milhões)	6M12	6M11	Var.
Prêmios de seguros	15,5	15,1	2,7%
Prêmios ganhos	15,3	15,1	1,4%
Receita com emissão de apólices	1,0	0,9	11,1%
Sinistros ocorridos	(13,5)	(13,2)	(2,3%)
Custos de aquisição	(0,2)	(0,2)	
Margem bruta	2,6	2,6	
Resultado antes dos impostos e participações	1,1	1,2	(8,3%)
Lucro líquido	0,7	0,8	(12,5%)

3. Comentário sobre o desempenho

No primeiro semestre de 2012, a receita de prêmios de seguros atingiu R$15,5 milhões, 2,7% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R$13,5 milhões, 2,3% acima dos 6M11. Os custos de aquisição somaram R$ 226 mil e neste mesmo período, o lucro líquido alcançou R$694 mil, com redução de 12,5% em relação ao 6M11.

4. Perspectivas e planos da Administração para o exercício seguinte

A combinação dos estímulos provenientes de juros reduzidos e dos incentivos fiscais e creditícios adotados poderá impulsionar a economia ao longo do segundo semestre deste ano. A atividade poderá se acelerar ao longo dos próximos meses, podendo mostrar ritmo de expansão. Em que pese a maior dinâmica da economia no período, a fraqueza do primeiro semestre poderá impedir que a economia brasileira exiba crescimento superior a 2,0% em 2012.

5. Acordo de Acionistas

A Sul América Companhia de Seguros Gerais é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2012.

A DIRETORIA.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria
Período Social encerrado em 30 de junho de 2012

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao período social encerrado em 30 de junho de 2012, até a presente data:

- Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê");

- Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia;

- Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia;

- Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e

- Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período social findo em 30 de junho de 2012 , considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004.

3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2012.

Carlos José da Silva Azevedo
Presidente

Jorge Augusto Hirs Saab
Membro

Jorge Hilário Gouvêa Vieira
Membro

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 33.822.131/0001-03

Diretoria	Thomaz Luiz Cabral de Menezes	Diretor-Presidente
	Arthur Farme d'Amoed Neto	Diretor
	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho	Diretor
	Edison Yoshiharu Kinoshita	Diretor
	Emil Andery	Diretor
	Fabiane Reschke	Diretora
	Laenio Pereira dos Santos	Diretor
Atuário	Marcos Vinícius Spiguel Coelho de Castro	MIBA/MTPS/1.404
Contador	Mauro Reis d'Almeida	CRC - RJ 066.620/O-7

KPMG
RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Acionistas e aos Administradores da
Sul América Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC-SP 138600/O-7-S-RJ

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2012	31/12/2011 Reclassificado
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	-	**37.812**	**34.620**
DISPONÍVEL	-	**111**	**87**
Caixa e bancos	-	111	87
APLICAÇÕES	**5.1**	**36.282**	**32.195**
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	**6**	**461**	**1.371**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	-	**884**	**959**
Títulos e créditos a receber	-	1	1
Créditos tributários e previdenciários	7.1	413	318
Outros créditos	13	470	640
DESPESAS ANTECIPADAS	-	**74**	**8**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	**12.791**	**11.940**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	**12.689**	**11.846**
APLICAÇÕES	**5.1**	**16**	**16**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	-	**12.673**	**11.830**
Créditos tributários e previdenciários	7.1	2.688	2.348
Depósitos judiciais e fiscais	14	9.925	9.425
Outros créditos operacionais	-	60	57
INVESTIMENTOS	-	**16**	**16**
Imóveis destinados a renda	-	16	16
IMOBILIZADO	-	**52**	**55**
Bens móveis	-	41	41
Outras imobilizações	-	11	14
INTANGÍVEL	-	**34**	**23**
Outros intangíveis	-	34	23
TOTAL DO ATIVO	-	**50.603**	**46.560**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2012	31/12/2011
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		**27.303**	**24.411**
CONTAS A PAGAR	-	**502**	**1.068**
Obrigações a pagar	8	6	679
Impostos e encargos sociais a recolher	-	14	6
Impostos e contribuições	9	388	282
Outras contas a pagar	-	94	101
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	**100**	**934**
Outros débitos operacionais	10	100	934
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	**11**	**26.701**	**22.409**
DANOS	-	**26.701**	**22.409**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	**8.678**	**8.198**
CONTAS A PAGAR	-	**6.888**	**6.457**
Obrigações a pagar	8	6.246	6.011
Tributos diferidos	-	545	409
Outras contas a pagar	-	97	37
OUTROS DÉBITOS	-	**1.790**	**1.741**
Provisões judiciais	14	1.790	1.741
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**14.622**	**13.951**
Capital social	15.1	9.866	9.866
Reservas de lucros	-	4.058	4.085
Ajustes de avaliação patrimonial	-	4	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	694	-
TOTAL DO PASSIVO		**50.603**	**46.560**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	30/06/2012	30/06/2011
PRÊMIOS EMITIDOS	-	**15.540**	**15.132**
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS	-	**(269)**	**(68)**
PRÊMIOS GANHOS	**16.1**	**15.271**	**15.064**
RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES		**961**	**932**
SINISTROS OCORRIDOS	**16.2**	**(13.509)**	**(13.152)**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	**16.3**	**(226)**	**(221)**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-	**(642)**	**(820)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**16.4**	**(1.017)**	**(1.163)**
DESPESAS COM TRIBUTOS	-	**(309)**	**(483)**
RESULTADO FINANCEIRO	**16.5**	**520**	**1.031**
RESULTADO PATRIMONIAL	-	**8**	**7**
RESULTADO OPERACIONAL	-	**1.057**	**1.195**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	-	**1.057**	**1.195**
Imposto de renda	17	(222)	(257)
Contribuição social	17	(141)	(162)
LUCRO LÍQUIDO	-	**694**	**776**
QUANTIDADE DE AÇÕES		**231.624**	**231.624**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES EM R$		**3,00**	**3,35**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	30/06/2012	30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**694**	**776**
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	**4**	**2**
Ganhos (Perdas) Não Realizados com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	2
Imposto de Renda e Contribuição Social Relacionados aos Componentes dos Outros Resultados Abrangentes	(2)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	**698**	**778**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Reservas de Lucros	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 01/01/2011	19.866	155	2.165	-	2.320	(2)	-	22.184
Redução de capital conforme AGO/E de 31/03/2011, aprovado pela Portaria SUSEP/CGRAT nº 1232 de 20/06/2011	(10.000)	-	-	-	-	-	-	(10.000)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	2	-	2
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	776	776
SALDOS EM 30/06/2011	9.866	155	2.165	-	2.320	-	776	12.962
SALDOS EM 01/01/2012	9.866	1.893	2.165	27	4.085	-	-	13.951
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(27)	(27)	-	-	(27)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	4	-	4
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	694	694
SALDOS EM 30/06/2012	9.866	1.893	2.165	-	4.058	4	694	14.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KPMG

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	30/06/2012	30/06/2011 (Reclassificado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prêmios de seguro	20.442	19.548
Recuperações de sinistros e comissões	-	700
Outros recebimentos operacionais	1.538	1.005
Pagamentos de sinistros e comissões	(18.570)	(17.527)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(1)	(656)
Pagamentos de despesas com operações de seguros	(7)	(387)
Pagamentos de despesas e obrigações	(1.856)	(1.642)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(2)	(16)
Outros pagamentos operacionais	(53)	(64)
Constituição de depósitos judiciais	(331)	(766)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	**1.160**	**195**
Impostos e contribuições pagos	(1.214)	(915)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(3.338)	(15.252)
Vendas e resgates	3.803	14.599
Rendimento	190	1.871
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**601**	**498**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de ativo permanente		
Imobilizado	-	(5)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-**	**(5)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(577)	(466)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(577)**	**(466)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**24**	**27**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	**87**	**61**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE	**111**	**88**
DIMINUIÇÃO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	**(181)**	**(326)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar na região 6 (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos, podendo participar em outras sociedades, e que tem como acionistas, a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC", que detêm a participação de 52,69% e a SAEPAR Serviços e Participações S.A., denominada "NOVA SAEPAR", com 47,31% de participação.

Em 31/05/2010 a Companhia transferiu sua carteira de seguros diretos para a sua controladora e passou a operar somente com a carteira do Convênio de seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), cuja quota de participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., denominada "Seguradora Líder", a responsável pela administração dos Consórcios do Seguro DPVAT, é de 0,72% em 30/06/2012 (0,76% em 31/12/2011).

Nessas demonstrações financeiras, o conjunto de empresas formado pela Sul América S.A., denominada "SASA" e suas controladas, o qual a Companhia faz parte (controlada indireta da SASA), é tratado pelo termo "SulAmérica".

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pela SUSEP, vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

As demonstrações financeiras intermediárias comparativas de 31/12/2011 foram reclassificadas para atender a Circular SUSEP nº 430/2012. A única alteração ocorreu nas contas patrimoniais e refere-se a reclassificação da subconta "Outros Créditos Operacionais" para o nível de conta, removendo-a do grupo de contas "Crédito das Operações com Seguros e Resseguros". O valor em 31/12/2011 é de R$1.371. A Circular SUSEP Nº 430/2012 não produziu efeitos no resultado.

A demonstração do fluxo de caixa em 30/06/2011 apresentava as operações de DPVAT em uma única linha. Para uma apresentação mais clara, as operações foram abertas na demonstração, por operação, como é informado pela Seguradora Líder, e por isso esses valores foram reclassificados.

A Administração da Companhia julgou que o impacto dessa reclassificação no balanço em 01/01/2011 não é relevante, pois não afeta o capital circulante líquido e o patrimônio liquido e, portanto, não é significativo para a compreensão dessas demonstrações financeiras intermediárias, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Em conformidade com o pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC e que versa sobre as demonstrações financeiras intermediárias, o balanço patrimonial em 30/06/2012 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao último balanço anual, com database de 31/12/2011, e as demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa estão apresentadas de forma comparativa ao semestre findo em 30/06/2011.

A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras intermediárias em reunião realizada em 23/08/2012.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras intermediárias os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1. Operações do seguro DPVAT

Os saldos dos ativos e passivos correspondentes ao percentual de participação nas operações do convênio DPVAT, são registrados contabilmente com base no Mapa DPVAT elaborado e encaminhado, mensalmente, pela Seguradora Líder e, estão representados por:

- Aplicações: Circulante, contempla os títulos vinculados para a cobertura das reservas técnicas;
- Outros créditos operacionais: Circulante, representado pelos prêmios a receber;
- Depósitos judiciais: Não Circulante, representa os valores depositados para a garantia das ações judiciais;
- Imobilizado: Contempla os equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- Intangível: Representa os gastos com desenvolvimento de software;
- Outros débitos operacionais: Contas a pagar;

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

- Provisões técnicas – seguros (provisão de sinistros a liquidar): Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – *Incurred But Not Reported* (IBNR) representam os valores estimados dos pagamentos prováveis, líquidos de recuperação dos valores a recuperar das seguradoras consorciadas, dos sinistros avisados administrativa e judicialmente; e

- Provisões técnicas – seguros (outras provisões): Representado pela Provisão de Despesas Administrativas – PDA.

3.2. Apuração do resultado

- O resultado, incluindo o seguro DPVAT, é apurado pelo regime contábil de competência.

3.3. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;

- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;

- Os saldos de créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

(a) Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

(b) Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(c) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

(d) Empréstimos e recebíveis

Os Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável (*impairment*).

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia avalia mensalmente o valor recuperável dos seus Instrumentos Financeiros e outros ativos, quando aplicável, conforme legislação em vigor. A redução ao valor recuperável, quando existente, é apurada conforme metodologia interna aplicada, que segue as normas emitidas pelo CPC e SUSEP e monitorada até a recuperação do valor ou a extinção do ativo.

Quando os ativos financeiros, incluindo recebíveis, tem redução ao valor recuperável por perdas de crédito, esse valor é registrado em uma conta separada, sem reduzir diretamente o valor contábil do ativo.

A redução ao valor recuperável de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social foi estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 5 anos.

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos, são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras intermediárias.

3.7. Provisões técnicas de contratos de seguros DPVAT

As provisões técnicas relacionadas aos seguros DPVAT são registradas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder.

3.8. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Obrigações a Pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.9. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.10. Contratos de seguro

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas na Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº007/2008.

3.11. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras intermediárias. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais ativos sujeitos a avaliação pelo valor justo.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

3.12. Normas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, ainda não entraram em vigor para o semestre encerrado em 30/06/2012. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS citados a seguir, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela SUSEP.
São as normas:

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

3.12.1. Normas revisadas

(a) IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras (*presentation of financial statements*)

Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que tem o objetivo de reformular a apresentação de "Outros Resultados Abrangentes".

Essa revisão passará a vigorar em 01/07/2012.

(b) IAS 19 – Benefícios a empregados (*employee benefits*)

Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IAS 28 – Investimentos em associadas (*investments in associates*)

Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

3.12.2. Novas normas

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (*financial instruments*)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocam em dúvida se esta data é apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015.

(b) IFRS 11 – Acordos conjuntos (*joint arrangements*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IFRS 12 – Divulgação de interesses em outras entidades (*disclosure of interests in other entities*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma

KPMG
RUBRICA PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(d) IFRS 13 – Mensuração a valor presente (*fair value measurement*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas.

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, de mercado e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes áreas da Companhia, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos, contemplam também a adequação das aplicações financeiras aos passivos segundo o processo denominado *Assets and Liabilities Management* (ALM).

A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

4.1. Concentração das Operações

A Companhia trabalha somente com a Seguradora Líder porque opera somente em DPVAT e apenas essa seguradora está habilitada a administrar esse seguro no Brasil, onde cada uma das seguradoras possui um percentual de participação na operação (vide nota 1).

A atuação da Companhia em DPVAT, através da Seguradora Líder, está distribuída entre as regiões:

DPVAT	30/06/2012	30/06/2011
Sudeste	100,00%	87,76%
Sul	0,00%	6,51%
Nordeste	0,00%	2,84%
Centro - Oeste	0,00%	1,88%
Norte	0,00%	1,01%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Conforme proposta da administração e aprovação da SUSEP a Companhia reduziu sua área geográfica de atuação passando a operar somente na região sudeste.

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

4.2. Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos bilhetes vendidos pela Seguradora Líder e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras.

Com relação ao risco de recebimento dos bilhetes a receber, a Administração da Companhia avalia que não há risco relevante de crédito. No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito. Resumidamente, os critérios para exposição de crédito adotados pela Companhia, são os seguintes:

a) Títulos públicos federais: até 100%;

b) Títulos públicos estaduais e municipais: 0%;

c) Empresas não financeiras (títulos corporativos): é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "*Score*" ("*rating*" interno). Com base no "*Score*" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para limitar a exposição máxima a títulos de emissão de uma determinada empresa não financeira.

d) Instituições financeiras: é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "*Score*". Com base no "*Score*" obtido, é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras.

Os limites de exposição a risco são monitorados regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco sendo avaliados de forma consolidada.

4.3. Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos.

4.3.1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do *portfolio* de investimentos. A Companhia busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais, comportamento dos passivos e aspectos de liquidez. Adicionalmente, são estabelecidos de forma consolidada limites máximos de *Value at Risk* (VaR), e é realizada a análise de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*". Os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados como forma de reduzir os impactos oriundos da alteração nas taxas de juros.

4.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

diariamente e revisa as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas (vide nota 11.3 – Garantia das Provisões Técnicas).

Quando contratos futuros são utilizados, essas posições são efetuadas por meio de um fundo de investimento exclusivo que prevê em seu regulamento, explicitamente, a possibilidade de investimentos em ativos atrelados à variação cambial e, além disso, que o valor nominal das operações nos mercados de derivativos deverá ser igual ou menor que à soma dos valores dos demais títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais componentes de sua carteira, mantidos no mercado à vista, ficando, portanto, vedada a exposição desta carteira em valor superior ao patrimônio líquido do fundo. Em 30/06/2012 e 31/12/2011, não há exposição em contratos futuros indexados em dólar.

A metodologia utilizada para o gerenciamento de risco das aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos compreende a análise dos riscos de crédito e de mercado. Esse monitoramento é constante e em consonância com os limites pré-estabelecidos e dentro das políticas internas de alocação de recursos definidas pelo Comitê de Investimento. No tocante ao risco de mercado é utilizada a metodologia VaR paramétrico com nível de confiança de 95%.

A seguir, tabela com as aplicações financeiras por idade de vencimento:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total 30/06/2012	Total 31/12/2011
Até 2 anos ou sem vencimento	27.222	7.646	34.868	30.247
De 2 a 5 anos	-	1.414	1.414	1.954
Valor de custo mais rendimentos	**27.222**	**9.060**	**36.282**	**32.201**
Valor de mercado	**27.222**	**9.060**	**36.282**	**32.195**
Ganhos (perdas)	**-**	**-**	**-**	**(6)**

4.5. Capital requerido

Durante o primeiro semestre de 2012, a Companhia apresentou patrimônio líquido ajustado superior ao capital mínimo requerido exigido pelo regulador.

	30/06/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido contábil	**14.622**	**13.951**
Deduções:		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(74)	(8)
Ativos intangíveis	(34)	(23)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	**14.514**	**13.920**
Margem de solvência		
0,20 Prêmios Retidos - média anual dos 12 últimos meses	5.198	5.116
0,33 Sinistros Retidos - média anual dos 36 últimos meses	7.212	6.875
Capital base **(b)**	4.000	4.000
Capital adicional **(e)**	997	1.117
Capital adicional de risco de subscrição **(c)**	-	-
Capital adicional de risco de crédito **(d)**	997	1.117
Capital Mínimo Requerido - CMR (b) + (e)	**4.997**	**5.117**
Maior entre CMR e margem de solvência (f)	**7.212**	**6.875**
Suficiência de capital - R$ **(g) = (a) - (f)**	7.302	7.045
Suficiência de capital - % **(h) = (g) / (a)**	50,31%	50,61%

(e) Obtido pela fórmula **v (((c)²+(d)²)+(c*d))**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

5. Aplicações

5.1. Composição das aplicações

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	9.054	9.060		9.060
Letras financeiras do tesouro	-	-	9.054	9.060	SELIC	9.060
Títulos de renda variável	-	-	6	-		-
Ações	-	-	6	6		6
Impairment	-	-	-	(6)		(6)
Quotas de fundos de investimentos	27.222	27.222	-	-		27.222
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	27.222	27.222	-	-		27.222
TOTAL	27.222	27.222	9.060	9.060		36.282
%		75%		25%		100%
Circulante		27.222		9.060		36.282

30/06/2012

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	9.022	9.022		9.022
Letras financeiras do tesouro		-	9.022	9.022	SELIC	9.022
Títulos de renda variável	-	-	6	-		-
Ações	-	-	6	6		6
Impairment	-	-	-	(6)		(6)
Quotas de fundos de investimentos	23.173	23.173	-	-		23.173
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	23.173	23.173	-	-		23.173
Total	23.173	23.173	9.028	9.022		32.195
%		72%		28%		100%
Circulante		23.173		9.022		32.195

31/12/2011

Na rubrica "Aplicações", no ativo não circulante, estão registrados Incentivos Fiscais e sua redução ao valor recuperável. O saldo em 30/06/2012 é de R$16 (R$16 em 31/12/2011).

5.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2011	**20.785**	**17.996**	**38.781**
Aplicações	4.112	18.177	22.289
Aplicações DPVAT	3.940	-	3.940
Rendimento resgate	(108)	(3.192)	(3.300)
Rendimento resgate DPVAT	(213)	-	(213)
Principal resgate	(4.265)	(25.572)	(29.837)
Principal resgate DPVAT	(3.631)	-	(3.631)
Resultado financeiro	2.538	1.611	4.149
Outros recebimentos	15	-	15
Ajuste a valor de mercado	-	2	2
Saldo em 31/12/2011	**23.173**	**9.022**	**32.195**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2011	**23.173**	**9.022**	**32.195**
Aplicações	1.079	2.259	3.338
Aplicações DPVAT	7.733	-	7.733
Rendimento resgate	(24)	(166)	(190)
Rendimento resgate DPVAT	(500)	-	(500)
Principal resgate	(1.315)	(2.488)	(3.803)
Principal resgate DPVAT	(4.137)	-	(4.137)
Resultado financeiro	1.232	427	1.659
Outros pagamentos	(19)	-	(19)
Ajuste a valor de mercado	-	6	6
Saldo em 30/06/2012	**27.222**	**9.060**	**36.282**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 30/06/2012 e 31/12/2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1: Preços negociados sem ajustes em mercados ativos;

(ii) Nível 2: Valores calculados utilizando-se dados (preços ou taxas) divulgados nos mercados ativos; e

(iii) Nível 3: Quando aplicável, os preços obtidos por meio de técnicas e metodologias próprias, que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Nível 2

- **Títulos de renda fixa - públicos:** calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;

- **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

	30/06/2012	31/12/2011
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	27.222	23.173
Disponível para venda	9.060	9.022
Total	**36.282**	**32.195**

6. Outros créditos operacionais

O principal valor refere-se a contas a receber, referente ao consórcio DPVAT, conforme informe da Seguradora Líder, que em 30/06/2012 é de R$408 (R$ 1.367 em 31/12/2011).

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Créditos tributários

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Impostos a compensar/recuperar	413	318
Créditos Tributários e previdenciários	**413**	**318**
Não circulante		
Créditos tributários - diferenças temporárias (7.2)	1.570	1.416
Créditos tributários - PIS / COFINS (7.2)	1.243	1.057
Créditos tributários e previdenciários	**2.813**	**2.473**
Redução ao valor recuperável de créditos tributários	**(125)**	**(125)**
Total	**2.688**	**2.348**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

7.2. Demais créditos tributários

	30/06/2012	31/12/2011
Provisões para ações judiciais, perdas e obrigações fiscais	4.817	4.433
Outros	45	45
Base de cálculo	**4.862**	**4.478**
Alíquota + adicional	25%	25%
(1) Crédito tributário - imposto de renda	**1.216**	**1.119**
Provisões para ações judiciais, perdas e obrigações fiscais	2.316	1.932
Outros	45	45
Base de cálculo	**2.361**	**1.977**
Alíquota	15%	15%
(2) Crédito tributário - contribuição social	**354**	**297**
(1) + (2) Total dos créditos tributários	**1.570**	**1.416**
Redução ao valor recuperável	(125)	(125)
(3) Subtotal	**1.445**	**1.291**
Crédito de PIS/COFINS	**1.243**	**1.057**
Total dos créditos tributários - líquidos	**2.688**	**2.348**
Não circulante	**2.688**	**2.348**

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

8. Obrigações a pagar

	30/06/2012	31/12/2011
Obrigações fiscais - **(Nota 14)**	6.246	6.011
Dividendos a pagar	-	550
Demais	6	129
Total	**6.252**	**6.690**
Circulante	**6**	**679**
Não circulante	**6.246**	**6.011**

9. Impostos e contribuições

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de renda	225	84
Contribuição social	94	184
Contribuições PIS e COFINS	69	14
Total	**388**	**282**
Circulante	**388**	**282**

10. Outros débitos operacionais

Os valores referem-se a contas a pagar, referente ao consórcio DPVAT, conforme informe da Seguradora Líder.

11. Provisões técnicas de seguros

11.1. Provisões técnicas de seguros – Danos

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	26.400	22.348
Outras	301	61
Total de provisões para danos	**26.701**	**22.409**
Circulante	**26.701**	**22.409**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

11.2. Movimentação das provisões técnicas de seguros

	Sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Total
Saldo em 01/01/2011	**19.667**	
Avisados / alterações	17.546	
Pagamentos	(21.030)	
IBNR - variação	6.165	
Saldo em 31/12/2011	**22.348**	**22.348**
Outras provisões		**61**
Total		**22.409**

	Sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Total
Saldo em 31/12/2011	**22.348**	
Avisados / alterações	17.392	
Pagamentos	(17.713)	
IBNR - variação	4.373	
Saldo em 30/06/2012	**26.400**	**26.400**
Outras provisões		**301**
Total		**26.701**

Em 30/06/2012 são 2.093 (1.992 em 31/12/2011) ações, pendentes de pagamento entre 1 e 3 anos, no valor de R$11.890 (R$12.079 em 31/12/2011).

11.3. Garantia das provisões técnicas

A Companhia possui bens vinculados a SUSEP, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, conforme discriminado a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
Provisões técnicas de seguros	26.701	22.409
Total das provisões técnicas	**26.701**	**22.409**
Montante a ser garantido	**26.701**	**22.409**
Ativos dados em garantia:		
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	26.706	22.417
Total de ativos	**26.706**	**22.417**
Ativos Livres	**5**	**8**

12. Partes relacionadas – Transações

Os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do ano, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da Administração.

		Ativo		Passivo		Despesa	
Descrição	**Categoria**	**30/06/2012**	**31/12/2011**	**30/06/2012**	**31/12/2011**	**30/06/2012**	**30/06/2011**
SAEPAR Serviços Participações S.A. **(a)**	Coligada	-	-	-	260	-	-
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - SAMI **(b)**	Outros	-	-	4	2	(12)	(21)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A **(f)**	Outros	60	57		-		-
Sul América Cia Nacional de Seguros - SALIC **(a) (d) (e)**	Controladora	9	5	1	415	(59)	(90)
Sul América Seguro Saúde S.A **(d)**	Outros	45	-	-	-	-	-
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira **(c)**	Outros	-	-	-	-	-	(1)
Gouvea Vieira Advocacia **(c)**	Outros	-	-	-	-	(1)	(1)
Total		**114**	**62**	**5**	**677**	**(72)**	**(113)**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(a) Valor referente a dividendos a ser distribuído entre acionistas, titulares ou sócios do Grupo SulAmérica;
(b) Valor referente a taxa de administração a SAMI por serviços de gestão de ativos;
(c) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente;
(d) Transações em conta corrente entre cias, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas;
(e) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz;
(f) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores.

Em abril de 2012 e 2011, a Companhia liquidou dividendos junto a seus acionistas no montante de R$577 e R$466, respectivamente, sendo R$273 (R$221 em 2011) para a NOVA SAEPAR e R$304 (R$245 em 2011) para a SALIC.

13. Compromissos e ônus a liquidar – Outros créditos

Em 30/06/2012, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R$470 (R$640 em 31/12/2011), registrados na rubrica "Outros Créditos", no Ativo Circulante.

14. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

			30/06/2012
	Depósitos judiciais e fiscais	**Provisões judiciais**	**Obrigações a pagar**
Fiscais:			
COFINS	1.533	-	1.025
PIS	3.370	-	1.814
Contribuição social	2.374	286	2.366
Imposto de renda	975	-	1.024
Outros	169	-	17
Previdenciárias:			
INSS	423	423	-
DPVAT:			
DPVAT	1.081	1.081	-
Total	**9.925**	**1.790**	**6.246**
Não circulante	**9.925**	**1.790**	**6.246**

			31/12/2011
	Depósitos judiciais e fiscais	**Provisões judiciais**	**Obrigações a pagar**
Fiscais:			
COFINS	1.484	-	993
PIS	3.317	-	1.801
Contribuição social	2.106	281	2.217
Imposto de renda	889	-	901
Outros	169	-	99
Previdenciárias:			
INSS	413	413	-
DPVAT:			
DPVAT	1.047	1.047	-
Total	**9.425**	**1.741**	**6.011**
Não circulante	**9.425**	**1.741**	**6.011**

14.1. Movimentação das provisões para ações judiciais relevantes

	Saldo em 31/12/2011	**Adições**	**Atualização monetária**	**Baixas**	**Saldo em 30/06/2012**
DPVAT:	**1.047**	34	-	-	**1.081**
Tributárias:					
PIS	**1.801**	-	13	-	**1.814**
Contribuição social	**2.498**	59	95	-	**2.652**
Demais	**1.993**	20	53		**2.066**
Previdenciárias:					
INSS	**413**	-	10	-	**423**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

14.2. Ações fiscais

(a) COFINS

A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei Nº10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

(b) PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais Nos. 1/1994, 10/1996 e 17/1997, depositadas judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas).

(c) IRPJ

A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados na sua totalidade.

(d) CSLL

De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo contingente provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda.

Adicionalmente, com a edição da Lei Nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social da Companhia em 30/06/2012 e 31/12/2011 é de R$9.866, representado por 115.812 ações ordinárias e 115.812 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

15.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

15.3. Reserva estatutária

Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

16. Detalhamento das contas do resultado

16.1. Ramos de atuação

DPVAT	30/06/2012	30/06/2011
Prêmios ganhos	15.271	15.064
Sinistralidade	88,5%	87,3%
Comissionamento	1,5%	1,5%

16.2. Sinistros ocorridos

	30/06/2012	30/06/2011
Sinistros	(9.136)	(10.074)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(4.373)	(3.078)
Total	**(13.509)**	**(13.152)**

16.3. Custos de aquisição

Comissões:	30/06/2012	30/06/2011
Sobre prêmios diretos	(226)	(221)
Total	**(226)**	**(221)**

16.4. Despesas administrativas

	30/06/2012	30/06/2011
Serviços de terceiros	(105)	(112)
Localização e funcionamento	(97)	(118)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(672)	(848)
Despesa com publicações	(71)	(63)
Outras	(72)	(22)
Total	**(1.017)**	**(1.163)**

RUBRICA PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

16.5. Resultado financeiro por categoria

	30/06/2012	30/06/2011
Títulos e valores mobiliários	**1.659**	**2.145**
Valor justo por meio do resultado	1.232	1.219
Disponível para venda	427	926
Operações de seguros	**(1.200)**	**(1.148)**
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	**84**	**47**
Outros	**(23)**	**(13)**
Total	**520**	**1.031**

16.5.1. Receitas financeiras

	30/06/2012	30/06/2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos	1.260	1.231
Títulos de renda fixa - públicos	427	926
Consórcio DPVAT	43	43
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	374	189
Outras	8	23
Total	**2.112**	**2.412**

16.5.2. Despesas financeiras

	30/06/2012	30/06/2011
Operações de seguros	(1.200)	(1.148)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(28)	(12)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(290)	(142)
Outras	(74)	(79)
Total	**(1.592)**	**(1.381)**

17. Reconciliação de imposto de renda e de contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2012		30/06/2011	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Lucro antes da provisão para imposto de renda/contribuição social	**1.057**	**1.057**	**1.195**	**1.195**
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 25% e 15%	**(264)**	**(159)**	**(299)**	**(179)**
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(96)	(58)	(68)	(41)
Despesas não dedutíveis	-	-	(3)	(2)
Exclusões:				
Atualização de depósitos judiciais	85	51	38	23
Outras	29	19	45	20
Redução de incentivos fiscais	**12**	-	-	-
Despesas com imposto de renda/contribuição social corrente	**(234)**	**(147)**	**(287)**	**(179)**
Impostos diferidos				
Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**97**	**57**	**67**	**40**
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	**(85)**	**(51)**	**(37)**	**(23)**
Despesas de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	**(222)**	**(141)**	**(257)**	**(162)**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

18. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais

	30/06/2012	30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**694**	**776**
MAIS		
Depreciações e amortizações	1	12
MENOS		
Juros e variações monetárias sobre provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	(239)	(194)
Outros	(2)	-
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Variação das aplicações	(4.083)	(2.468)
Variação de outros créditos operacionais	910	(801)
Variação de títulos e créditos a receber e outros créditos	(494)	110
Variação das despesas antecipadas	(66)	(57)
Variação de contas a pagar	415	(392)
Variação de débitos de operações com seguros e resseguros	3.449	3.475
Variação de outros débitos	16	37
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**601**	**498**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO